



DA COLONIZAÇÃO À CONTEMPORANEIDADE: O ENSINO RELIGIOSO NA PRÁTICA

Rosana de Carvalho Calado¹

Grupo de trabalho: 07 Ensino Religioso, Culturas e Religiosidades Indígenas

Resumo

O presente trabalho versa de forma sucinta as formas de abordagem das religiosidades indígenas nos currículos e práticas de Ensino Religioso. Tem como objetivo desvelar quais os avanços e como as práticas religiosas indígenas estão sendo abordadas em sala de aula. Apresenta como embasamento teórico autores como Cecchetti e Tedesco (2022), Baptista e Siqueira (2021), dentre outros. A pesquisa é de cunho bibliográfico. O resultado mostra uma contextualização desde o Brasil colônia até os dias de hoje.

Palavras-chave: Brasil colônia; religiosidade indígena; sala de aula.

1 Introdução

Não podemos falar em religiosidade indígena sem falar em colonização, pois o processo de colonização no Brasil foi sem dúvidas uma das maiores violências e desvalorização religiosa sofrida pelos povos indígenas, e suas consequências refletem até os dias de hoje na forma em que é tratada a questão da religiosidade indígena.

Nesse contexto, faremos uma breve análise pautada em uma revisão de cunho bibliográfico através de teses, dissertações e artigos disponíveis na internet com base em uma abordagem de natureza qualitativa, utilizando o materialismo histórico dialético em

¹ Universitária do curso de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: rosanacalado2015@gamil.com

Marx, isto é, uma pesquisa fundamentada no pensamento crítico, a fim de compreender as formas

de abordagem das religiosidades indígenas nos currículos e práticas de Ensino Religioso e como esta temática é abordada em sala de aula frente aos avanços conquistados em lei.

Visando descrever os métodos e abordagens utilizados e a complexidade das práticas e as interações entre cultura, religiosidade indígenas e ensino religioso.

2 Fundamentação teórica

Para compreender como a religiosidade indígena é tratada nos dias de hoje, precisamos entender o que aconteceu no passado, pois o processo de colonização no Brasil custou aos povos indígenas muito mais que uma invasão territorial, custou a usurpação cultural, material e espiritual. Nesse sentido, os povos indígenas não foram ‘apenas’ escravizados, mas também catequizados pelos portugueses, que visando impor suas crenças eurocentrista julgavam os povos indígenas como um povo sem alma, sem fé e sem rei, e se utilizavam destes argumentos para justificar suas práticas arbitrárias (Cecchetti; Tedesco, 2022).

Nesse contexto, os povos indígenas foram dominados, escravizados e forçados a abandonar seus territórios, costumes, tradições, saberes e crenças. Assim como explica Inéia (2014, p. 03):

O contexto de expulsão dos indígenas de suas terras em Guaíra foi acompanhado de um conjunto de perdas territoriais. Neste caso a perda de costumes, tradições, saberes, enfim, perda de seu modo de vida e organização produtiva. Sendo assim, o fato dos indígenas terem perdido seu território implica na perda de sua identidade Guarani, pois cada vez mais o índio se afasta de suas raízes e tradições, assumindo costumes e vícios impostos pela sociedade capitalista, afastando-se também a cultura e a organização produtiva dos indígenas que têm dificuldades de serem aceitas e se reproduzirem na sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista. Essa negação do território com desdobramentos identitários, inclusive, se traduz em forte preconceito contra os indígenas.

Vale salientar que esse movimento de invasão não ocorreu de forma passiva, pois houve sim resistência por parte de alguns indígenas, mas ainda assim, os portugueses

lograram êxito e colocaram em prática suas perspectivas religiosas, culturais e econômica. Mais de cinco séculos se passaram e ainda hoje os reflexos da colonização são vistos nas formas de abordagem das religiosidades indígenas, pois não é trabalhada da forma correta e é pouco visibilizada.

Nesse contexto, é preciso valorizar um povo que lutou e luta bravamente pelo direito de ser visto e reconhecido como deve e merece, a cultura e a religiosidade indígena é de extrema relevância para a diversidade cultural e pluralismo religioso no Brasil (Santana Neto 2023). Nesse contexto, a abordagem deve ser centrada na interculturalidade e laicidade, visando construir uma conexão entre as diferentes religiões presente na sociedade. Conforme Junqueira (2019, p. 4):

compete ao Ensino Religioso abordagens religiosas, morais, éticas e científicas, sem privilégio a nenhuma crença ou convicção, considerando a existência de filosofias seculares de vida, fundamentadas nos seguintes preceitos, dispostos na BNCC: o de conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos morais e éticos; assim de compreender e valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios; ou ainda de reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida; visando conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver; ou ainda o de debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura da paz.

Nesse sentido, o ensino religioso precisa ser transmitido de forma não confessional, reconhecendo a diversidade religiosa, sem amarras dogmáticas, desvelando a importância da interculturalidade e pluralidade das tradições, crenças, doutrinas e rituais religiosos. Mas, infelizmente ainda existem práticas de ensino religioso com perspectiva confessional, mesmo num Estado laico, lembrando que não é ser contrário à religião, é não privilegiar uma em detrimento das outras. De acordo com a BNCC (Brasil, 2017, p. 435):

Ao longo da história da educação brasileira, o Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, geralmente de viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, as transformações socioculturais que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional também impactaram no Ensino Religioso.

Neste contexto, é preciso colocar na prática o que está garantido em lei, não basta um ensino religioso laico, é preciso respeito e inclusão da diversidade religiosa e cultural (Baptista; Siqueira, 2021).

Nesse contexto, é necessária uma abordagem de ensino religioso voltado para o resgate sociocultural das tradições e crenças indígenas que seguem sendo invisibilizadas, mesmo com os avanços da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Normalmente o que predomina é a perspectiva eurocentrista, e as escolas tendem a focar no cristianismo e catolicismo.

É preciso levar para sala de aula uma abordagem voltada para o conhecimento e reconhecimento de que a religiosidade indígena é heterogênea e que essa pluralidade precisa ser trabalhada em sala de aula, a fim de possibilitar a interculturalidade necessária para resgatar a religiosidade e tradições indígenas. Conforme Rieth (2008, p. 182-183).

Não podemos falar da religiosidade indígena de uma maneira homogênea, pois cada povo possui seus ritos, mitos, cantos e expressões. Existem elementos e cosmovisões que se assemelham a seus mitos e ritos. Nesse sentido, é importante percebermos como a religiosidade indígena é abordada na disciplina do Ensino Religioso. Como a temática é trabalhada em sala de aula? Por exemplo, as histórias infantis são sagradas também para as pessoas indígenas adultas [...] Diante disso, faz-se necessário desenvolver uma atitude de respeito com os povos indígenas, percebendo sua diversidade cultural e religiosa e tendo o cuidado de não estereotipar sua realidade. A escola pode contribuir nesse sentido ajudando a perceber, considerar e trazer a religiosidade indígena no currículo, no material didático e nas suas ações pedagógicas.

Um ensino religioso não proselitista é um avanço e de extrema relevância para garantir a diversidade religiosa, mas ainda assim a religiosidade indígena é pouco ou não é trabalhada corretamente em sala de aula, pouco se fala no assunto, quando se fala em povos indígenas no âmbito escolar se resume, na maioria das vezes, a uma encenação folclórica no dia 19 de abril, quando pintam os rostos e colocam uma pena feita de papel na cabeça das crianças.

3 Metodologia

O presente artigo refere-se a uma pesquisa bibliográfica. Após realizarmos várias leituras de teses, dissertações e artigos disponíveis nas redes sociais, fizemos essa síntese de uma temática muito relevante para diversidade religiosa e valorização da cultura brasileira. Desta forma, fizemos uma discussão qualitativa pautada no pensamento crítico, a

fim de compreender as complexidades do ensino religioso da colonização à contemporaneidade.

4 Resultados e discussões

Observou-se que apesar dos avanços conquistados, o ensino religioso ainda é confessional e que a perspectiva eurocêntrica ainda prevalece, privilegiando o catolicismo e cristianismo em alguns contextos escolares. As religiosidades indígenas mesmo depois de cinco séculos continuam invisibilizadas e são pouco trabalhadas e/ou quando trabalhadas não são feitas da forma correta, necessitando de profissionais que detêm o conhecimento específico para superar esta realidade.

5 Considerações finais:

A inclusão das religiosidades indígenas requer uma abordagem que valorize e der visibilidade cultural e espiritual, promovendo um aprendizado que respeite a diversidade religiosa. Os avanços vieram e são de extrema relevância, mas precisam ser colocados em prática em sala de aula, não basta ser laico apenas no papel, é preciso ser laicista de fato. Nesse sentido, a presença de profissionais capacitados é um aspecto importante nesse processo, garantindo que o ensino seja ministrado por quem detém o conhecimento necessário para superar os reflexos da colonização, valorizando e reconhecendo a importância da cultura, religiosidade e saber indígena para a história do Brasil. Ao abordar as religiosidades indígenas se faz necessário um compromisso com a diversidade, proporcionando um ambiente escolar que valoriza a inclusão e respeito com as tradições e crenças dos povos indígenas.

Referências

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira; SIQUEIRA, Giseli do Prado. O Ensino Religioso, a relação educador-educando e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG. *Revista Pistis Praxis: Teologia Pastoral*. Curitiba, v. 13, n° 1, p. 497-522, jan./abr. 2021.

CECCHETTI; Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Rede nacional das licenciaturas em ensino religioso e o movimento de decolonização religiosa na escola. *Revista FAEEBA. Educação e contemporaneidade*. Salvador, v. 13, n. 66, pp. 133-149. abr./jun. 2022.

INÉIA, Cíntia Pires. Conflito, território e identidade: o caso dos indígenas Guarani de Guaira/PR. [anais ...] VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória – ES, 10 a 16 de agosto de 2014.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Apresentação. Dossiê: Cultura Afro-indígena e o Ensino Religioso. *Identidade*. v. 24, n. 1, p. 04-06, 2019.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. MEC: Brasília, 2017.

RIETH, Maria Cristina. A temática indígena e o Ensino Religioso. KLEIN, Remí; BRANDENBURG, L. E; WACHS, M. C. (org.). *Ensino religioso: diversidade e identidade*. V Simpósio de ensino religioso 2008. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2008. p. 182 -183.

SANTANA NETO, Daniel. *O Ensino Religioso no contexto da escola indígena Potiguara Da Paraíba*. 2023. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.